



Índice

- 01** Defensoria pedirá liberdade aos índios tenharim presos em Rondônia
- 02** PA – ICMBio suspende autorização da Mineração Rio do Norte em terras Quilombolas em Oriximiná
- 03** I Encontro da Juventude Indígena do Ceará: Dança do Toré
- 04** MPF/AP quer revogação de liminar que tirou comunidade quilombola Lagoa dos Índios de área rural em Macapá
- 05** MPF/MS: TAC assegura água potável às comunidades do Taquari
- 06** Operação destrói balsas usadas no garimpo em área Yanomami, em RR
- 07** Indígenas estão acampados há quase um mês na Secretaria do Índio de RR
- 08** Prisão de índios é desnecessária, diz Defensoria
- 09** Líder de assentamento é morto em área de conflito indígena no Sul da Bahia
- 10** Mais de 50 pessoas ficaram trancadas na Secretaria de Saúde Indígena por ordem de Diretor
- 11** Em abril, V Semana do Índio da OAB/MS debaterá violência à mulher indígena (OAB/MS – 11/02/2014)
- 12** Agricultor é assssinado pela milícia indígena no sul da Bahia
- 13** UFRGS recebeu novos estudantes indígenas na manhã de hoje



- 14** Na Colômbia, militares ameaçam com violência comunidades indígenas
- 15** Colônia de férias atende 1500 crianças indígenas
- 16** Seind prepara indígenas para participar de capacitação em Rio Preto da Eva
- 17** BR-101 Sul - Reserva indígena no Morro dos Cavalos é debatida no STF
- 18** Procuradoria Geral da República realiza vistorias em comunidades indígenas de Chapecó
- 19** Cartilha de artesãos indígenas "Tecendo Relações Além da Aldeia" é lançada
- 20** Ribeirinhos trocam matança de botos e jacarés por venda de porcos e gado no Amazonas
- 21** Emater facilita acesso de famílias indígenas ao Pronaf
- 22** Procuradorias demonstram que demarcação de terra indígena não gera indenização a particular
- 23** Bancada catarinense vai ao STF contestar processo de demarcação de terras indígenas no Morro dos Cavalos
- 24** Polícia Civil identifica autor do homicídio de indígena em Três de Maio
- 25** Cestas atrasam e deixam indígenas sem alimentos em MS
- 26** Juraci não aceitou se cadastrar como índio
- 27** Situação segue tensa e Wagner pede apoio a ministro
- 28** Índios ameaçam invadir presídio em Redenção-PA
- 29** Produtor rural é assassinado em área disputada por índios



Boletim de Notícias - Edição nº 27./ 2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

-
- 30** Nota de solidariedade aos povos indígenas da região da Transamazônica no sul do estado do Amazonas
 - 31** Deputados ruralistas dizem que quilombolas, índios e homossexuais são “tudo o que não presta” e incitam à violência



Defensoria pedirá liberdade aos índios tenharim presos em Rondônia

SÍTIO AMAZÔNIA REAL, 11.02.2014

A Defensoria Pública da União (DPU) do Amazonas informou nesta terça-feira (11) que vai ingressar com um pedido de liberdade na Justiça Federal para os cinco índios tenharim presos num presídio de Porto Velho (RO). Eles são acusados de suposto envolvimento nas mortes de três homens na terra indígena Tenharim Marmelos (AM) pela Polícia Federal. A Defensoria justifica o pedido dizendo que a prisão, no atual momento processual, "é desnecessária e mais danosa do que benéfica à sociedade e aos índios".

Em nota ao Amazônia Real, os defensores Caio Paiva e Edilson Santana afirmam que estão sendo adotadas medidas para a liberdade (habeas corpus) do índios presos, mas não informou a data de entrada do pedido. "A Defensoria entende que a prisão, no atual momento processual, é desnecessária e mais danosa do que benéfica à sociedade e aos assistidos. Dessa forma, um pedido será encaminhado ao juiz responsável assim que contar com os elementos imprescindíveis à demonstração de sua desnecessidade".

Para obter elementos para justificar o pedido de liberdade, conforme o Amazônia Real apurou, que os defensores se reuniram com cinco lideranças tenharim na segunda-feira (10) na sede da Defensoria Pública da União, em Manaus. Em um outro local não revelado da cidade por medida de segurança, as lideranças tenharim estiveram reunidas com a presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Maria Augusta Assirati. A reportagem solicitou entrevistas com a presidente da fundação e com os índios, mas não foi atendida.

Os defensores públicos federais Caio Paiva, titular do 2º Ofício Criminal, e Edilson Santana, titular do Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva, assumiram a defesa dos índios tenharim na área criminal no dia 05 de fevereiro.

O advogado Ricardo Tavares Albuquerque, que fazia a defesa dos povos tenharim e jiahui, disse que agora está à frente apenas dos processos da área cível, que tratam da proteção dos índios, que continuam isolados na reserva desde o início dos conflitos em dezembro. A mudança de defesa ocorreu em negociações com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e com a Secretaria de Estado para os Povos Indígenas do Amazonas, no mesmo dia em que a Polícia Federal localizou os três corpos dos homens mortos na reserva.

"A Defensoria acompanhará – de perto – todo o procedimento investigatório, supervisionando diretamente os mecanismos policiais e judiciais de colheita de elementos probatórios", dizem na nota os defensores Caio Piva e Edilson Santana.

Conforme a nota, os dois defensores públicos federais já se reuniram com lideranças dos índios Tenharim, com antropólogos da Funai e mantêm, igualmente, contato constante com o advogado (cível) da comunidade indígena dos Tenharim, Ricardo Albuquerque. "Além disso, a

CONT.



Defensoria conta, também, com o apoio da DPU/Porto Velho, que já visitou os índios, atualmente presos em estabelecimento prisional naquela localidade”, disse.

De acordo com os defensores Caio Piva e Edilson Santana, em respeito às famílias das vítimas Stef Pinheiro, Luciano Freire e Aldeney Salvador, e, também, com o objetivo de atenuar a exposição da comunidade indígena dos Tenharim, que já se encontra duramente fragilizada com o ocorrido, a Defensoria Pública da União se reservará no direito de não expor, por enquanto, mais detalhes sobre as investigações do caso.

Os cinco índios estão presos temporariamente desde o dia 30 de janeiro. A Polícia Federal diz que eles são acusados por crimes de sequestro, homicídio e ocultação de cadáveres. Segundo o delegado Arcelino Damasceno, a suspeita de vingança para o motivo do crime é que os índios acreditaram que um carro preto atropelou o cacique Ivan Tenharim, que morreu no dia 03 de dezembro de 2013. O delegado diz que a perícia confirmou que o cacique morreu de acidente.

Gilvan e Gilson Tenharim, filhos do cacique da aldeia Campinho Ivan Tenharim, o cacique da aldeia Taboca, Domiceno Tenharim, o professor municipal Valdinar Tenharim e o agente de saúde federal Simeão Tenharim, ambos da aldeia Marmelos, foram transferidos da presídio Pandinha para o Centro de Ressocialização do Vale do Guaporé, ambos em Porto Velho, por decisão judicial na última quinta-feira (06).

Antes de deixar o processo criminal dos tenharim, o advogado Ricardo Tavares Albuquerque havia pedido um habeas corpus preventivo para cercear prisões dos povos tenharim e jiahui. O juiz Márcio André Lopes Cavalcante, da 2ª. Vara Federal, em Manaus, inferiu o pedido no dia 05. O juiz também negou o pedido de anulação das provas coletadas (em relação à materialidade ou autoria) pela Polícia Federal. Mas, deferiu o direito dos índios permanecerem calados ou em silêncio durante depoimentos e de se comunicar livremente com os advogados.

No recurso, o advogado Ricardo Albuquerque sustentou que a investigação do delegado da PF que coordena a apuração do crime, Alexandre Alves, violou o domicílio indígena ao tomar depoimentos nas aldeias sem a presença da defesa e da Funai, configurando uma ilegalidade e não observação do direito dos indígenas na produção de provas.

Na sentença que indeferiu o pedido de anulação das provas, o juiz Márcio André Lopes Cavalcante afirma que “a simples circunstância de se tratarem de terra indígenas não impede que seja realizada investigação criminal por parte da Polícia Federal. As terras indígenas são consideradas bens da União (...) Tendo em vista que nenhum local no território nacional está imune a investigações criminais levadas a efeito de forma oficial e regular pelas autoridades competentes. O conceito de soberania do Estado brasileiro não tolera que existam espaços onde a lei penal e processual penal não sejam aplicadas”.

A reportagem não localizou o advogado das famílias das vítimas, Carlos Terrinha, para falar sobre a decisão da Defensoria Pública da União. Em uma rede social, a professora Irisneia Santos Azevedo de Souza, viúva do professor Stef Pinheiro, disse que as declarações dos defensores sobre as prisões e o pedido de liberdade dos índios eram “um absurdo”. “Se isso acontecer vou rasgar meu título e vou dizer que vivo numa terra sem lei. Vamos protestar nas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 27./ 2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

ruas se isso acontecer. Se eles mataram, vão ter que apodrecer na cadeia, é o mínimo que pode acontecer com eles”, disse.

Todo o conteúdo do portal Amazônia Real pode ser compartilhado desde que o seu crédito seja publicado sob a Licença Creative Commons Atribuição 3.0 Brasil.



PA – ICMBio suspende autorização da Mineração Rio do Norte em terras Quilombolas em Oriximiná

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.02.2014

Comissão Pró-Índio – O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) suspendeu, no dia 21 de janeiro, as autorizações para a Mineração Rio do Norte realizar atividades dentro das áreas de interesse das comunidades quilombolas em Oriximiná, até que haja a consulta prévia determinada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A suspensão é resultado da campanha “Índios & Quilombolas: juntos na defesa de direitos” promovida com o apoio da Comissão Pró-Índio de São Paulo e do Iepé- Instituto de Pesquisa e Formação Indígena. A campanha, entre outras iniciativas, têm viabilizado o diálogo entre os quilombolas e os índios com o Ministério Público Federal e diversos atores estatais como o próprio ICMBio.

Nalzir Para Nilzanira Melo de Souza (foto ao lado) coordenadora da Arqmo – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná – a suspensão “é um sinal que a campanha está dando certo”.

De acordo com Carlos Augusto de Alencar Pinheiro, Coordenador Regional do ICMBio – 3ª Região Santarém, Pará, a licença foi suspensa acatando Recomendação conjunta do Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal após análise técnica e jurídica. A empresa já foi informada, segundo o coordenador regional do ICMBio sobre a suspensão da licença.

“Para nós esta suspensão é de extrema importância e é resultado direto do nosso trabalho, aqui da Arqmo e da Ceqmo – Cooperativa do Quilombo – junto com a Pró-Índio e outros parceiros. Isso mostra que as coisas estão andando”, relata Domingos Printes (foto abaixo), coordenador da Arqmo e morador da Comunidade do Abuí. Segundo ele, as atividades da mineração estão paradas mesmo, contudo a empresa não deu nenhuma explicação aos quilombolas.

A decisão do ICMBio de suspender as autorizações até a consulta é um avanço e um resultado concreto da campanha articulada entre índios e quilombolas, na avaliação de Lúcia Andrade, coordenadora da Comissão Pró-Índio. “Repara um erro inicial do processo uma vez que as autorizações haviam sido dadas sem informação, diálogo ou consentimento dos quilombolas. No entanto, é importante lembrar o posicionamento da campanha sobre a consulta prévia: a condição para que haja consulta sobre eventual atividade minerária é que os territórios quilombolas estejam titulados como garante a Constituição” ressalta a coordenadora da CPI-SP.

Printes Os estudos para identificação dos territórios quilombolas já foram concluídos pelo Incra em Santarém, agora é preciso que o Incra de Brasília libere a publicação dando

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 27./ 2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

prosseguimento aos processos que foram abertos a mais de 10 anos.

Conheça todas as reivindicações da campanha clicando aqui.

A campanha continua, envie seu email de apoio, acesse aqui.

Atuação do MPF e MPE/PA

Em outubro de 2013, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Pará encaminharam a órgãos públicos estaduais e federais recomendação para que fossem suspensas as licenças e autorizações expedidas para pesquisa ou concessão minerária nas áreas incidentes em terras quilombolas.

A recomendação para suspensão de atuais licenças e não concessão ou renovação de autorizações no platô Cruz Alta e em territórios quilombolas foi encaminhada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. A recomendação é válida para todas as licenças, quer as empresas de mineração tenham ou não autorização para pesquisa mineral ou concessão de lavra.

Embora tenha recebido também a Recomendação, o Ibama não suspendeu o procedimento de licenciamento ambiental da Mineração Rio do Norte. Pelo contrário, em novembro de 2013, concedeu autorização para captura, coleta e transporte de material biológico, atividade que integra os estudos de impacto ambiental da obra.



Boletim de Notícias - Edição nº 27./ 2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

I Encontro da Juventude Indígena do Ceará: Dança do Toré

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.02.2014

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=5b0y4ewcqRI

Participaram do I ENCONTRO DA JUVENTUDE INDÍGENA DO CEARÁ, realizado de 7 a 9 de fevereiro de 2014 – Pacatuba – CE, representantes de 11 etnias (Tapeba, Tremembé, Pitaguary, Kanindé, Potiguara, Jenipapo-Kanindé, Tabajara, Kalabaca, Tupinambá, Anacé e Gavião).

–

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Janete Melo.



MPF/AP quer revogação de liminar que tirou comunidade quilombola Lagoa dos Índios de área rural em Macapá

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.02.2014

Para a instituição, o processo deve ser extinto ou enviado para a Justiça Federal

Procuradoria da República no Amapá

Em manifestação à 1ª Vara Cível e de Fazenda Pública de Macapá, o Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP) pede a revogação de liminar de reintegração de posse expedida pelo Tribunal de Justiça do Amapá (TJ/AP). Mandado foi cumprido, com apoio da polícia, em área ocupada por remanescentes de quilombo em dezembro do ano passado.

O MPF/AP quer também que a Justiça Estadual extinga o processo por inadequação da via eleita, já que conflitos fundiários envolvendo territórios tradicionalmente ocupados por comunidades quilombolas devem ser resolvidos em termos de indenização, e não de reintegração. Caso não acolhido esse pedido, o MPF/AP pede o reconhecimento de incompetência da Justiça Estadual para julgar o caso, com consequente remessa dos autos à Justiça Federal. Pois, como a demanda envolve comunidade tradicional, cabe à União, por meio de órgãos específicos, a preservação da identidade cultural e territorial desses povos.

Para compreender a situação, requisitaram-se informações ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e à Fundação Cultural Palmares. O Incra informou que o imóvel em questão está incluído nos limites georreferenciais da área territorial tradicionalmente ocupada pela comunidade quilombola Lagoa dos Índios. Há nove anos, a Fundação Palmares expediu certificado de autorreconhecimento à comunidade.

Em diligência, foram constatadas precárias condições de moradia das pessoas alvo da desocupação, entre elas crianças e idosos. A área está localizada no Loteamento Três Irmãos, à margem direita do Ramal do Goiabal, na zona rural de Macapá. O processo de titulação fundiária quilombola do território tramita há dez anos Incra.

O MPF/AP considera que a reintegração de posse descumpra direitos constitucionalmente assegurados aos remanescentes de quilombos. "Os autos (...) ultrapassam questões de cunho tão somente privado sobre a posse de terras; alcançam o direito constitucional de proteção social de todo um grupo", argumenta o procurador da República Camões Boaventura. Devido a isso, o caso exige ampla prestação jurisdicional.

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho estabelece que não deverá ser empregada nenhuma forma de força ou coerção que viole os direitos humanos e as liberdades fundamentais das comunidades tradicionais. Durante o cumprimento do mandado de reintegração houve apoio policial.

Número para pesquisa processual: 0049028-22.2013.8.03.0001



Boletim de Notícias - Edição nº 27./ 2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

MPF/MS: TAC assegura água potável às comunidades do Taquari

SÍTIO PR/MS, 11.02.2014

Em Mato Grosso do Sul, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público Federal (MPF), a Prefeitura de Corumbá/MS e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) deve beneficiar pantaneiros da região do Rio Taquari. O acordo prevê a construção de estradas para o transporte de manilhas, que serão utilizadas na instalação de poços d'água nas comunidades do Cedro, São Domingos e Bracinho.

Há anos, as comunidades sofrem com a falta de água potável. O solo na região é arenoso e as perfurações realizadas no local se contaminaram com o tempo. Para resolver a situação, a Comissão Pastoral da Terra conseguiu adquirir manilhas de concreto, mas as dificuldades de acesso à região impediram a construção dos reservatórios de água.

Com o acordo, a Prefeitura deve construir estradas até as comunidades para viabilizar o transporte das manilhas, que serão cedidas pela CPT.

“Além do acesso à água de boa qualidade; com o TAC, as comunidades ganham maior mobilidade e melhores condições de vida”, enfatiza o MPF, que destaca o trabalho conjunto da Pastoral da Terra com as comunidades tradicionais – que possibilitou a compra dos materiais – e a disposição da Prefeitura de Corumbá em solucionar o problema.

O prazo para cumprimento do acordo é 30 de setembro de 2014. O MPF irá fiscalizar a execução do TAC e, se as medidas não forem realizadas, multa R\$ 5 mil, acrescida de multa diária de R\$ 1 mil, deverá ser aplicada.

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul
(67) 3312-7265 / 9297-1903
(67) 3312-7283 / 9142-3976
www.prms.mpf.gov.br
ascom@prms.mpf.gov.br
[www.twitter.com/mpf_ms](https://twitter.com/mpf_ms)



Operação destrói balsas usadas no garimpo em área Yanomami, em RR
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.02.2014

Ação para combater garimpo teve apoio das Polícias Federal e Militar. Operação ocorreu a 130 quilômetros às margens do rio Uraricoera

Marcelo Marques - Do G1 RR

A operação 'Korekorema' iniciada na última quinta-feira (6), em Roraima, para combater o garimpo ilegal na reserva indígena Yanomami, destruiu 20 balsas e uma pista clandestina para pouso e decolagem de aviões. A ação se concentrou no município de Amajari, onde foi construída a base de estratégia, às margens do rio Uraricoera, localizado a 150 quilômetros ao norte de Boa Vista. No território, vivem 25 mil índios.

Polícia Federal, Companhia Independente de Policiamento Ambiental (Cipa), Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate) e Força Tática da Polícia Militar, servidores da Funai, além de indígenas Yanomami, que foram guias no trajeto, participaram da operação 'Korekorema', que significa 'panela velha' no idioma Yanomami.

De acordo com João Catalano, coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana (FPEYY), uma base para pôr em prática a ação foi montada por causa da dificuldade de se fazer fiscalização no rio Uraricoera.

"Um centro de apoio foi instalado para fazermos o planejamento. Na última operação da qual participamos, havia 60 balsas. Esse número foi reduzido, em razão de outras operações já realizadas, para 25 balsas que encontramos nessa última ação. Todas foram destruídas e afundadas, o que já estava previsto", esclareceu Catalano.

De acordo com ele, uma pista foi destruída pela segunda vez e um buraco de quatro metros de profundidade foi cavado à mão. Dessa forma, os garimpeiros ficarão sem suprimentos.

"Alguns que ainda estão escondidos lá [reserva indígena] vão se entregar. Eles teriam até o dia 15 de janeiro deste ano para sair pacificamente. Quem for encontrado com material de garimpo ou praticando atividades ilícitas na terra indígena será autuado, preso e encaminhado à Polícia Federal", assegurou, acrescentando que, até o momento, ninguém foi detido.

"Nosso objetivo não era prender ninguém. Nós íamos à área indígena para resgatar os garimpeiros, pois muitos são enganados, o que acaba configurando um trabalho análogo ao de escravo.

Quem recebeu o nosso 'recado' saiu da terra indígena", afirmou. Catalano acredita que a maioria dos garimpeiros abandonou a reserva indígena, mas antes de deixar o local, o grupo escondeu o restante dos maquinários para extração do ouro.

CONT.



Parte do garimpo desativado

Ele disse ainda que no local onde ocorreu a operação não há mais exploração de garimpo.

“Da base que montamos no rio Uraricoera até a cachoeira Wakais, que fica a 130 quilômetros do nosso ponto de apoio, conseguimos desativar essa atividade ilegal com o suporte das Polícias Federal e Militar que disponibilizaram efetivo durante dois anos. Mas continuaremos agindo em conjunto. Não podemos afirmar que o garimpo na área Yanomami acabou”, disse.

Ele ressaltou que o garimpo ilegal vai além da questão indígena. O meio ambiente sofre. “Assoreamento é uma consequência que afeta diretamente o rio. Os índios reclamam que não dá mais para tomar água e os peixes estão morrendo devido ao uso do mercúrio.

Ano passado, foram realizadas quatro operações para combater a garimpagem, inclusive com prisões e explosões de pistas.

Polícia Militar

Pelo menos 12 policiais militares estão participando da ‘Korekorema’, de acordo a assessoria da instituição. Ainda de acordo com a PM, a operação deve durar 30 dias e será dividida em duas turmas. Oito aeronaves foram disponibilizadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para dar apoio aos policiais, que foram solicitados pela Funai e autorizados pelo governo do estado.

Segundo o coronel Edison Prola, comandante-geral da PM, durante a missão os policiais também devem promover a reocupação de uma base da Funai tomada por garimpeiros na região do Apiaú.

“Mesmo se tratando de um órgão federal e em uma situação em que a atuação seria do Exército ou da Polícia Federal, a Funai nos solicitou”, disse.



Indígenas estão acampados há quase um mês na Secretaria do Índio de RR
SÍTIO G1, 11.02.2014

*Dentre as reivindicações está o pedido para saída de secretário estadual;
Secretário do Índio alega que não há consenso dentro do grupo.*

Os indígenas que estão acampados desde 17 de janeiro na Secretaria do Índio (Sei), reclamam que nada foi feito até então para atender as reivindicações do grupo. Segundo Eliseu Pereira, líder da comunidade Pé da Serra, localizada no município de Uiramutã e membro do Movimento por Política Justa e Solidária (MPJUS), além de não haver diálogo com a Secretaria, os indígenas são constantemente chamados de 'incapazes' e está havendo uma pressão para que o grupo deixe o acampamento armado atrás do prédio da Secretaria.

De acordo com Pereira, documentos contendo as reivindicações do grupo foram enviados para vários órgãos, entre Ministério Público Federal (MPF) e Fundação Nacional do Índio (Funai), porém até o momento não houve resposta. "Ficaremos acampados até haver uma posição do governo", afirmou.

Ainda segundo ele, o grupo formado por indígenas das etnias Ingarikó, Patamona, Wapixana e Macuxi está sendo pressionado a deixar o lugar. "Não podemos utilizar os banheiros e nem a cozinha. Na quinta (5), recolheram as cadeiras e uma mesa que tínhamos aqui [pertencentes à Secretaria] e também queriam levar nossas vasilhas", alegou.

Um dos pontos de reivindicação do grupo era a distribuição imediata do material armazenado na Secretaria. Conforme Pereira, parte do material e sementes foram retirados do prédio na semana passada, porém o grupo não sabe para onde foram levados.

Pereira também relatou que na quinta-feira (6), o grupo havia organizado uma manifestação pacífica em que eles se vestiriam a caráter e dançariam o parixara com o objetivo de chamar a atenção para a causa indígena. Segundo ele, antes de amanhecer havia policiais militares na Secretaria, prontos para reprimir qualquer iniciativa dos indígenas.

"A represália é constante aqui [na Secretaria]. Eles [policiais] chegaram antes de amanhecer e não permitiram que nos manifestássemos", reclamou Pereira.

Outro lado

Segundo Chico Roberto, gestor da Secretaria, houve uma reunião com a então liderança do grupo na segunda-feira (3), e havia sido acordado que ele levaria a pauta indígena para o governador.

"Na quarta-feira (5) à noite, recebi uma ligação de uma funcionária da Secretaria dizendo que foi alertada por um dos indígenas para não ir trabalhar na quinta (6), pois eles iriam ocupar e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 27./ 2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

depredar todo o prédio. Então, solicitei a presença da Polícia Militar" alegou.

Ainda de acordo com o secretário, há uma desorganização no movimento indígena. "A reunião ocorreu com Rondinele Moraes, então coordenador do movimento. Mas não o vejo mais com os outros no acampamento. Ele desistiu", relatou.

Roberto afirmou que a distribuição do material guardado na Secretaria está seguindo o cronograma do órgão. "Eu não tenho que executar as coisas aqui porque eles estão falando. A distribuição foi feita de acordo com o preestabelecido", declarou.



Prisão de índios é desnecessária, diz Defensoria

SÍTIO ESTADÃO, 11.02.2014

CHICO SIQUEIRA, ESPECIAL PARA AE - Agência Estado

A prisão dos índios acusados de matar três pessoas na Terra Indígena Tenharim, em Humaitá (AM), no sul do Amazonas, foi "desnecessária" e "danosa à sociedade", diz nota divulgada nesta terça-feira, 11, pela Defensoria Pública da União do Amazonas (DPU/AM). Os defensores federais Caio Paiva e Edílson Santana, assumiram o caso após o advogado contratado pelos índios, Ricardo Albuquerque, desistir da defesa, na semana passada.

"A Defensoria entende que a prisão, no atual momento processual, é desnecessária e mais danosa do que benéfica à sociedade e aos assistidos. Dessa forma, um pedido será encaminhado ao juiz responsável assim que contar com os elementos imprescindíveis à demonstração de sua desnecessidade", diz a nota distribuída à imprensa.

Cinco índios da etnia tenharim foram presos pela Polícia Federal (PF) em 30 de janeiro, sob suspeita de terem sequestrado e matado o professor Stef Pinheiro de Souza, 43 anos, o representante comercial Luciano Ferreira Freire, 30, e o técnico Aldeney Ribeiro Salvador, de 40. Os três desapareceram em 16 de dezembro, quando atravessavam a área indígena, na rodovia Transamazônica (BR-230). Os corpos foram encontrados numa vala na segunda-feira, 03, e enterrados, sob clima de protesto, na sexta, 07.

A suspeita é de que os índios mataram os três homens em vingança pela morte do cacique Ivan Tenharim, após um acidente de motocicleta, em 3 de dezembro. O coordenador da Funai na região, Ivã Bocchini, que levantou a hipótese de que o cacique teria sido assassinado, foi exonerado do cargo.

Antes, revoltados com a falta de informações dos desaparecidos, manifestantes incendiaram carros, barcos e as sedes da Funai e da Casa de Saúde do Índio, em Humaitá, no dia de natal. Dois dias depois, vândalos destruíam postos de pedágios dos índios na BR-230.

Falta de respeito

A mulher de Salvador, Célia Leal, custou a acreditar que os defensores tenham considerado a prisão dos índios como "desnecessária" e "danosa à sociedade". Célia disse que deveria contatar o delegado da PF Alexandre Alves, responsável pelo caso, para obter mais informações sobre o caso e saber se o inquérito foi concluído.

Além questionar a prisão dos índios, a Defensoria diz na nota que acompanhará "de perto" a investigação "supervisionando diretamente os mecanismos policiais e judiciais de colheita de elementos probatórios". Num pedido de habeas corpus preventivo, impetrado em janeiro, o advogado Albuquerque alegou que a PF teria colhido depoimentos dos índios sem a presença de advogado. O pedido foi negado pela Justiça.



Líder de assentamento é morto em área de conflito indígena no Sul da Bahia
SÍTIO O GLOBO, 11.02.2014

A morte de um pequeno agricultor no assentamento Ipiranga, na Serra do Padeiro, aumentou a tensão entre indígenas e fazendeiros na região, que engloba os municípios de Ilhéus, Una e Buerarema, no Sul da Bahia. Juraci dos Santos, 44 anos, foi morto nesta madrugada, dentro de sua casa, que foi invadida por homens armados. A mulher e a filha fugiram. Moradores da região fecharam a BR-101, no município de Una, para protestar contra a violência.

A Serra do Padeiro se tornou palco de conflito desde 2009, quando a Fundação Nacional do Índio identificou uma área de 47 mil hectares como de ocupação tradicional indígena, base para a criação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. Grupos indígenas passaram a ocupar fazendas existentes dentro da área demarcada, entrando em confronto com os fazendeiros. Em junho do ano passado, pelo menos dez fazendas foram ocupadas no município de Buerarema.

Segundo Abiel Santos, representante da associação de produtores rurais de Ilhéus, Una e Buerarema, Juraci era líder do assentamento e vinha sendo ameaçado por pessoas ligadas aos indígenas desde o ano passado. O assentamento do Incra, disse o agricultor, ficou dentro da área indígena demarcada.

Em novembro passado, três indígenas foram assassinados numa emboscada dentro da área delimitada como TI Tupinambá de Olivença. Aurino Santos Calazans, 31 anos, Agenor Monteiro de Souza, 30 anos, e Ademilson Vieira dos Santos, 36, foram atacados a tiros e golpes de facão por quatro homens, que estavam em motocicletas. O clima de tensão levou o governo federal a deslocar 75 homens da Força Nacional para a região.

Segundo o delegado da Polícia Federal Alex Cordeiro, a pedido do líder dos indígenas, Rosivaldo Ferreira da Silva, o cacique Babau, uma base na zona rural foi desmontada na última sexta-feira. Babau teria feito o pedido em reunião em Brasília, na semana passada.

— Veio um avião aqui e levou ele (Babau) para Brasília. Ele pediu para retirar a base. Agora acontece isso. Para nós não tem direitos humanos. Queremos o mesmo tratamento — diz o agricultor Abiel Santos.

Segundo o delegado Cordeiro, a situação na região é cada vez mais tensa e difícil.

— Aqui é assim. Se um índio aparecer morto, dizem que quem mandou foi o fazendeiro. Agora, no caso do agricultor, dizem que foram os índios. É uma presunção que, repetida, acaba se tornando verdade absoluta para a população — diz o delegado, para quem a morte precisa ser apurada.

De acordo com o Ministério Público Federal em Ilhéus, a indefinição acirra o conflito na região. Os procuradores apresentaram ação civil pública pedindo ao Judiciário que determine prazo

CONT.



para a decisão sobre o processo demarcatório. Eles afirmam que os procedimentos para a criação da Terra Indígena começaram em 2004 e, em março de 2012, a Funai concluiu os estudos e encaminhou ao Ministério da Justiça. A consultoria jurídica do Ministério teria emitido parecer favorável à emissão da portaria declaratória em abril de 2012, mas o processo segue parado no Ministério da Justiça.

Carolina Ribeiro Santana, coordenadora da Funai no Sul da Bahia, afirmou que a situação se agrava com a demora na regularização da terra indígena.

- O tensionamento é cada vez maior - diz Carolina.

Segundo ela, cerca de 5 mil indígenas vivem hoje dentro da área delimitada pela Funai, que recebeu também várias pessoas que não são índios e ocuparam a terra para serem beneficiados por lotes da reforma agrária quando acontecer a regularização definitiva da terra indígena.

- São pessoas que se enquadram no perfil da reforma agrária e estão ali para aguardar a chance de conseguir um lote.

Carolina disse que a Funai aguarda as investigações e que não há qualquer prova que o crime tenha sido cometido por indígenas.



Mais de 50 pessoas ficaram trancadas na Secretaria de Saúde Indígena por ordem de Diretor

SÍTIO ECOS DA NOTÍCIA, 11.02.2014

Na manhã desta segunda-feira (10), cerca de 50 pessoas – entre índios, funcionários e membros da imprensa – foram trancadas e impedidas de sair pelo portão da Secretaria Especial de Saúde Indígena, após a imprensa ter sido chamada, o que teria desagradado o coordenador distrital do Distrito Alto Purus da Secretaria Especial de Saúde Indígena, Raimundo Costa.

O presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Alto Purus (Codisi), Sabá Manchinery, afirma que os índios estavam reunidos no local a fim de discutir sobre o fechamento das unidades pertencentes aos órgãos de saúde indígena e que a imprensa foi chamada para fazer a cobertura da mobilização.

Assim que membros do conselho e da imprensa adentraram no local, o portão foi fechado, por volta de 9 horas. Por volta de 11:30 horas, a Polícia Federal chegou ao local e o portão foi reaberto.

Segundo versão de Raimundo, o portão já estava sendo mantido fechado em função da evidência de invasão indígena, e Sabá teria ordenado aos índios que permanecessem no local.

Ele afirma, ainda, que três pólos estão ocupados indevidamente pelo Codisi, e esclarece que a insatisfação se dá por causa de pedidos não atendidos pela secretaria, como a criação de coordenação de pólos, liberação de veículos e o pagamento de diárias indevidas.

No interior do recinto, os funcionários estiveram tranquilos. Eles contaram que outros episódios similares tiveram lugar em aldeias e em outras sedes relacionadas à política indígena.



Em abril, V Semana do Índio da OAB/MS debaterá violência à mulher indígena (OAB/MS – 11/02/2014)

SÍTIO BLOG COMPROMISSO E ATITUDE, 11.02.2014

A Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (COPAI) da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), realiza de 24 a 26 de abril a V Semana do Índio, com o tema "A Importância do Esporte na Manutenção da Cultura e dos Costumes dos Povos Indígenas". O evento, que também discute a violência e o preconceito praticados contra mulher indígena, acontece na sede da OAB/MS de Campo Grande (MS), com entrada gratuita.

A semana tem início no dia 24, com a palestra de abertura "O Índio na História", ministrada pelo doutor e professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Neimar Machado de Sousa. Os palestrantes no dia 25 serão os fundadores dos Jogos Indígenas, Marcos Terena e Carlos Terena.

A Violência à Mulher Indígena também será abordado no encontro com a palestra, no dia 25, às 19h30, com a promotora Ana Lara de Castro. Para encerrar as atividades, o dia 26 contará com atividades como futebol, feira de artesanato e culinária e exposição do filme "Xingu".

Acesse no site de origem: V Semana do Índio debate importância do esporte e violência à mulher indígena (OAB/MS – 11/02/2014)



Agricultor é assssinado pela milícia indígena no sul da Bahia

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 11.02.2014

O agricultor Juraci dos Santos Santana foi assassinado a tiros pela milícia de índios Tupinambá na noite de ontem, segunda feira, 10. Juraci era assentado da Reforma Agrária e presidia a Associação do Projeto de Assentamento Ipiranga, localizado no município de Una, no sul da Bahia. O assentamento do Incra fica dentro da área demarcada pela Funai que delimita a área de atuação da milícia de índios Tupinambá. Segundo testemunhas, Juraci vinha sofrendo ameaças de morte por integrantes da milícia diretamente ligados a Rosivaldo Ferreira da Silva, vulgo Cacique Babau.

Homens invadiram a casa de Juraci Santana, dentro do assentamento, e fuzilaram o agricultor e atearam fogo à casa do produtor rural. A esposa de Juraci teria sido baleada e está desaparecida. Juraci vinha atuando junto ao Ministério da Justiça e à Ouvidoria Agrária Nacional no sentido de alertar para a ocorrência do Assentamento dentro da área pretendida pela Funai e para o risco de invasão da área pelos índios.

O corpo ainda não foi retirado do local e aguarda a chegada da Polícia Técnica. Na cidade o clima continua tenso principalmente após o recuo da Força Nacional determinado pelo Ministro da Justiça. Depois que as forças de segurança desmobilizaram o posto avançado na Fazenda São José, na região da Serra do Padeiro, a milícia voltou a invadir o local.

Revoltados com o assassinato de Juraci, agricultores e moradores de Buerarema fecharam na manhã de hoje interditar a BR-101. "Nós estamos protestando. Eles invadiram o assentamento, queimaram casa e mataram Juraci. A esposa dele sumiu", disse o agricultor Messias Souza, um dos dos pequenos agricultores expulsos de suas propriedades pela milícia tupinambá no ano passado. A Polícia Rodoviária Federal tentou impedir o bloqueio da rodovia, mas o efetivo foi insuficiente para controlar a multidão calculada em, aproximadamente, duas mil pessoas.



UFRGS recebeu novos estudantes indígenas na manhã de hoje

SÍTIO UFRGS, 11.02.2014

Em acolhida, aprovados no Processo Seletivo Específico receberam informações sobre a vida acadêmica na UFRGS

A UFRGS deu as boas-vindas aos estudantes indígenas aprovados no Processo Seletivo Específico para Ingresso de Estudantes Indígenas, que oferece dez vagas em diferentes cursos de graduação. Na manhã de hoje, eles ouviram orientações das Pró-Reitorias de Graduação e de Assuntos Estudantis e da Coordenadoria de Ações Afirmativas. Em vídeo, a primeira estudante indígena formada na UFRGS, a enfermeira Denize Letícia Marcolino, relatou sua experiência.

Os estudantes entregaram os documentos exigidos na primeira fase da matrícula, junto ao Decordi, e confeccionaram o cartão de identificação da Universidade. À tarde, eles realizarão a matrícula presencial nas Comissões de Graduação de seus cursos.

Os estudantes que compareceram hoje e seus respectivos cursos:

Ana Paula Nascimento, Odontologia – Diurno;

Daniel Acosta, Artes Visuais – Licenciatura;

Denise Leopoldino Cipriano, Fisioterapia;

Edson Ribeiro, Saúde Coletiva – Bacharelado - Noturno;

Elisa Regina Freitas da Rosa, Medicina;

Marleidi Vennh Kosó Leopoldino, Nutrição;

Paulo Segio da Silva, Políticas Públicas - Bacharelado – Noturno;

Rodrigo Mariano, Ciências Jur/Soc - Direito – Diurno;

Silvana Moreira Claudino, Serviço Social -Bacharelado – Noturno.



Na Colômbia, militares ameaçam com violência comunidades indígenas

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 11.02.2014

O grupo paramilitar Águias Negras voltou a espalhar ameaças na Colômbia. Dessa vez os alvos são comunidades negras, campesinas, indígenas e integrantes de ONGs que atuam na defesa dos direitos humanos no departamento do Vale de Cauca, setores de Dagua e Buenaventura. No panfleto que contém as ameaças, o grupo paramilitar deixa claro que a sentença se cumpriria nos próximos dias.

Segundo a Comissão Intereclesial de Justiça e Paz as ameaças estão sendo feitas por todas as ruas e bairros de Buenaventura. Os paramilitares desprezam o trabalho do movimento social e de direitos humanos e o associa à desordem social.

Diante dessa grave crise de direitos humanos e de caráter humanitário que a região de Buenaventura enfrenta desde o ano 2000, a Comissão Intereclesial pede às autoridades medidas que ultrapassem as respostas repressivas, mas sim que possam provocar um desmonte institucional da mentalidade e da lógica paramilitar; a intervenção ante a cumplicidade com operações criminosas de autoridades civis; a centralização da investigação judicial em Bogotá; e o fim das atividades empresariais privadas que desrespeitam os direitos das comunidades e estão promovendo violações de direitos humanos e ambientais.

Já no município de Villagarzón, no departamento colombiano de Putumayo, as ameaças e intimidações estão vindo dos militares da Brigada Móvel 13, As vítimas são os indígenas Nasa, que estão sendo perseguidos por resistirem à militarização do Resguardo Nasa Jerusalén San Luis Alto Picudito.

Os militares exigem o fim da mobilização indígena que estava sendo realizada pelas autoridades Nasa e a retirada de todos que moram no território. Mesmo com a resistência da comunidade indígena, há oito dias, o Resguardo Nasa Jerusalén San Luis Alto Picudito foi ocupado e militarizado por mais de 200 soldados da Brigada Móvel 13, ligada à 4ª Divisão do Exército. Desde então, os militares estão acampados ao lado das casas da comunidade Nasa.

A guarda indígena ainda fez uma tentativa de pedir a retirada pacífica dos soldados, que se comprometeram a sair, mas não cumpriram o acordo.



Colônia de férias atende 1500 crianças indígenas

SÍTIO DOURADOS INFORMA, 11.02.2014

Em Dourados cerca de mil e 500 crianças indígenas foram atendidas na colônia de férias que foi realizada do dia 27 a 31 último na Vila Olímpica, na aldeia do Jaguapirú.

Sob o comando do profissional em educação física Carlos Montania, as atividades esportivas e culturais para crianças e adolescentes com idade de cinco a 17 anos foram desenvolvidas pelo PELC (Programa de Esporte e Lazer na Cidade) no convênio entre o Ministério dos Esportes e a Prefeitura Municipal por meio da FUNED (Fundação de Esporte de Dourados).

Durante os cinco dias de acordo com Carlos Montania, foram desenvolvidas atividades esportivas individuais e coletivas, em especial brincadeiras indígenas como corrida de saco e lançamento de arcos e de flecha além de esportes tradicionais como basquetebol masculino e feminino e futsal.

Na área cultural as crianças e os adolescentes tiveram atividades em desenhos e pinturas corporais. "As duas comunidades indígenas tiveram grande participações nesta colônia de férias e para este ano vamos incrementar mais ainda as atividades tanto esportivas como culturais na Vila Olímpica" disse Carlos Montania lembrando que fomentar o esporte e a cultura tanto para a aldeia do Jaguapirú como da Bororó é uma das metas do prefeito Murilo Zauith e do diretor/presidente da FUNED, Antonio Coca.

"A FUNED tem como principal objetivo para este ano, o de fomentar a Vila Olímpica com grandes atividades esportivas e culturais para os indígenas, principalmente para as crianças e para os adolescentes e claro, para os adultos também" disse Carlos Montania adiantando que uma das suas metas para este ano é o de montar uma escolinha de basquetebol para as crianças.



Seind prepara indígenas para participar de capacitação em Rio Preto da Eva
SÍTIO PORTAL DO GOVERNO DO AMAZONAS, 11.02.2014

Cento e sessenta indígenas começarão a ser capacitados em técnicas de cultivo agroflorestais e manejo de colmeias de abelhas sem ferrão no município de Rio Preto da Eva (a 80 quilômetros de Manaus).

Os cursos de Olericultura e Produção de Mudas em Viveiro fazem parte do projeto "Doação BR-883", que é executado pelo Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind), em parceria com a Fundação Interamericana (IAF) e Associação Etnoambiental Beija-Flor (AEBF).

O objetivo é garantir a segurança alimentar e melhorar a renda familiar de cinco comunidades – representada por 11 povos e uma população de pouco mais de 500 indígenas –, com a produção e comercialização de hortaliças, mudas frutíferas e mel.

Técnicos da Seind estiveram esta semana em Rio Preto da Eva, para acompanhar as atividades do projeto, em mais uma ação da câmara técnica Sustentabilidade Econômica dos Povos Indígenas, do Comitê Gestor de Atuação Integrada entre o Governo do Amazonas e a Fundação Nacional do Índio (Funai).

O curso começa a ser realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), no primeiro trimestre deste ano.

Outras atividades – A reunião em Rio Preto também serviu para que os integrantes do projeto pudessem acompanhar o andamento da construção de uma unidade de planticultura, cujo sistema é feito em viveiro, por meio de irrigação e gotejamento, para a produção das mudas.

Os indígenas trabalham, ainda, para construir um poço artesiano e outras melhorias, que garantam a comercialização dos produtos em maior escala, com mercado garantido na merenda escolar.

"São detalhes que garantem a geração de renda e a melhoria na qualidade de vida dessas pessoas", ressaltou a técnica do Departamento de Etnodesenvolvimento da Seind (Detno), que acompanhou a ação em Rio Preto da Eva, Rosa dos Anjos.

Equipamentos – Em outubro do ano passado, os indígenas da localidade receberam equipamentos de informática e um veículo do tipo pick-up, para melhoria na comunicação e escoamento da produção, respectivamente.

O projeto "Doação BR-883" foi elaborado em 2011 pela Seind e aprovado em 2013 pela IAF, que é um órgão independente do governo dos Estados Unidos e que oferece doações a organizações não governamentais e de base comunitária da América Latina e do Caribe a programas de auto-ajuda inovadores, sustentáveis e participativos.



BR-101 Sul - Reserva indígena no Morro dos Cavalos é debatida no STF
SÍTIO PORTAL RIO MAINA, 11.02.2014

Prosseguindo com seu trabalho incansável e /diário na Frente Parlamentar em Defesa da Conclusão da/ Obras de Duplicação da BR 101/Sul, o deputado federal Ronaldo Benedet, participou nesta terça-feira, dia 11, juntamente com o Fórum Parlamentar Catarinense, de audiência no Supremo Tribunal Federal com o ministro Teori Zavaski. O ministro é o relator da ação impetrada pela Procuradoria Geral do Estado, que requer a anulação da portaria do Ministério da Justiça.

A portaria foi assinada em 2003, pelo então ministro Tarso Genro, criando a Reserva Indígena do Morro dos Cavalos. Na Ação Civil a procuradoria faz um relato histórico com dados fundamentados na Constituição Federal, que denuncia fraude e erros no processo de demarcação da terra indígena no Morro dos Cavalos, em Palhoça.

"Estamos nos baseando na Constituição Federal de 88, que destaca que naquela época não existiam ocupação indígena tradicional na comunidade, além de que a constituição assegura que após a demarcação indígena o governo tem cinco anos para homologação, e o prazo já venceu", destacou o procurador geral do estado de Santa Catarina, João dos Passos Martins Neto.

O deputado federal Ronaldo Benedet foi categórico em seu pedido ao relator Teori Zavaski. "Este assunto é muito mais importante que um cabo de guerra dos órgãos federais e não deve ser usado como chantagem entre órgãos. Precisamos imediatamente resolver este problema, pessoas estão morrendo por uma briga desnecessária", solicitou Benedet, que foi completado pelo ministro e relator do processo, Teori Zavaski. "Estamos estudando o caso com muita atenção e vemos possibilidades para resolução dos problemas. Já despachamos o caso e estamos aguardando o pronunciamento da União. O prazo para a resposta é de 60 dias", informou.

Ao sair da audiência no Supremo Tribunal Federal, e vendo a necessidade de acelerar as decisões, o deputado Ronaldo Benedet foi imediatamente ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e destacou ao ministro que a BR 101 é um corredor de escoamento da produção e de integração com o MERCOSUL e que o atraso nas obras de duplicação está atrapalhando o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina, além de estar criando um conflito social e de convivência entre os moradores brancos e índios que estão habitando no local.

"Estou acompanhando este caso e me comprometo que irei dialogar com os órgãos federais e achar um ponto de equilíbrio para a solução, para que a obra seja liberada quanto antes. E em breve estarei levando boas notícias ao estado de Santa Catarina", informou o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo ao deputado Ronaldo Benedet.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 27./ 2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

Também participaram da audiência no Supremo Tribunal Federal os deputados federais Esperidião Amim, Marco Tebaldi, Edson Bez e o senador Casildo Maldaner. Ronaldo Benedet e Esperidião Amim também estiveram no Ministério da Justiça.

Texto: Júlio Remor



Boletim de Notícias - Edição nº 27./ 2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

Procuradoria Geral da República realiza vistorias em comunidades indígenas de Chapecó

SÍTIO RIC MAIS, 11.02.2014

A Procuradoria Geral da República está realizando um ciclo de visitas às comunidades indígenas de Chapecó. A intenção é verificar as condições dos serviços públicos prestados.

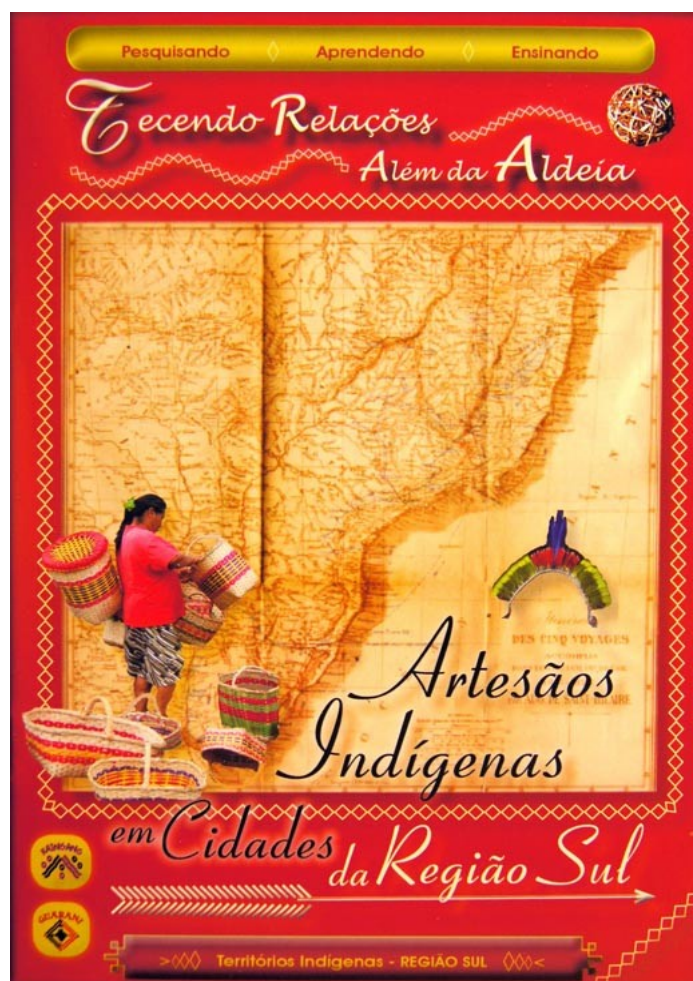
<http://fast.player.liquidplatform.com/pApiv2/embed/2b005b04f7b275b60110b4a55000fa8b/b00d9f5d891058ce5cdbdbf99435a7e9?hasFacebook=false&hasTwitter=false&startOutput=360p#>



Boletim de Notícias - Edição nº 27./ 2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

Cartilha de artesãos indígenas "Tecendo Relações Além da Aldeia" é lançada
SÍTIO FOLHA POPULAR, 11.02.2014



É com este título que a publicação, Artesãos Indígenas em Cidades da Região Sul, acaba de ser editada por representantes Kaingang, Guarani, Pataxó Hãhãhãe e o Conselho de Missão entre Povos Indígenas (Comin).

A cartilha tem como objetivo principal promover um melhor conhecimento e maior compreensão sobre a presença e permanência temporária de famílias indígenas artesãs nas cidades da Região Sul. Mostra a importância cultural, social e econômica que esta forma de comercializar o artesanato, e de caminhar no tempo e no espaço, tem na vida das

CONT.



comunidades kaingang e guarani. Coloca também algumas das dificuldades que elas enfrentam durante a sua estadia fora da aldeia. Finalmente, alerta sobre a necessidade urgente, e demanda para a sociedade e suas instituições, de estabelecer uma melhor relação e tratamento, assim como de condições mais adequadas que respeitem os seus direitos como cidadãos e povos tradicionais diferenciados no seu modo de ser, estar e se relacionar com o mundo.

O direito à diferença, como um direito humano fundamental na perspectiva de uma sociedade plural, constitui o horizonte norteador deste trabalho, e é o que os seus autores: Lucia Fernanda Jófej, Sueli Krengre Cândido, Alexandra Carvalho de Palazuelos, Miguel Rãrir Ribeiro, Joel Kuaray Pereira, Zico Fojit Ribeiro, Merong Tapurumã e José Manuel P. Palazuelos Ballivián, buscam promover, defender e transmitir para a sociedade através dos artigos que compõem o conteúdo desta nova obra.

A publicação teve como revisores Renate Gierus, Coordenadora Programática do Comin e a Erny Mugge. Também contou com o apoio financeiro da Federação Luterana Mundial (FLM), a Ajuda da Igreja da Noruega (AIN) e o Departamento de Assuntos Indígenas (DAI) da Instituição Sinodal de Assistência, Educação e Cultura (ISAEC); ficando sob responsabilidade da Editora OIKOS a sua impressão, em São Leopoldo.



Ribeirinhos trocam matança de botos e jacarés por venda de porcos e gado no Amazonas

SÍTIO A CRÍTICA, 11.02.2014

O velho hábito dos ribeirinhos de abastecimento aos pescadores de piracatinga vindos da Colômbia, na região do Alto Solimões, deu lugar à nova estratégia de venda para evitar os problemas com as autoridades ambientais brasileiras

Ribeirinhos que matavam botos e jacarés para abastecer pescadores de piracatinga vindos da Colômbia, na região do Alto Solimões, estão tentando regularizar essa atividade passando a vender porcos caseiros e vísceras de gado para assim continuar reforçando a renda com o dinheiro dos colombianos e ao mesmo fugir de problemas com as autoridades ambientais brasileiras.

Botos e jacarés mortos, com os corpos em decomposição, são as iscas ideais para a pesca da piracatinga, peixe amazônico também conhecido como "Urubu d'água" por se alimentar de carne em decomposição.

A mudança no "modus operandi" dos ribeirinhos foi notada mais uma vez durante a primeira etapa da operação de fiscalização "Rios Federais", deflagrada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), na semana passada em uma parceria com diversos outros órgãos e instituições do Amazonas.

A Rios Federais foi realizada no médio Solimões, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Reserva Extrativista Auati-Paraná, nos Municípios de Tefé, Maraã e Fonte Boa. O último balanço feito pelo Ibama mostra a emissão de autos de infração que somam R\$ 95 mil em multas. Houve, ainda, apreensão de um barco regional com 1.680 kg de pirarucu, 110 kg de piracatinga, 74 kg de tambaqui e 23 animais silvestres (aves e quelônios).

O flagrante da matança de botos e jacarés para uso como isca na pesca de piracatinga é muito difícil, considerando a vastidão dos ambientes aquáticos, e por se tratar de uma prática silenciosa que ocorre nas madrugadas e em lugares de difícil acesso.

Em novembro de 2013, durante a fiscalização do Defeso nos rios Purus e Tapauá, foi encontrada uma embarcação pesqueira que utilizava porcos domésticos abatidos como isca para captura de piracatinga. No decorrer da Operação Piracatinga realizada em dezembro, foi constatado o uso de vísceras de gado bovino na atividade pesqueira, alternativa já recorrente na região, segundo os pescadores locais.

Considerando também as constantes fiscalizações que são realizadas para coibir e combater a prática criminosa de matança de botos e jacarés, os analistas do Ibama observam que há um indicativo de redução dessa prática e mudança de comportamento por parte dos pescadores em busca de alternativas lícitas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 27./ 2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

Também na Rios Federais foram realizadas incursões fluviais em locais onde supostamente ocorre tráfico de alevinos de aruanã e matança de botos e jacarés para uso como isca na pesca de piracatinga (peixe necrófago com crescente demanda no mercado exterior), todavia, tais crimes não foram flagrados.



Emater facilita acesso de famílias indígenas ao Pronaf

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 12.02.2014

Uma equipe da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater) chega nesta quarta-feira (12) às aldeias Tukamã e Tukayá, da etnia Xipaya, no alto Rio Xingu, município de Altamira (Região do Xingu), para fazer um diagnóstico sobre 20 famílias indígenas, visando a emissão de Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP). O documento, que será concluído em 10 dias, garantirá a comercialização de castanha do Pará, principal fonte de renda dos Xipaya, nessas aldeias, para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). A venda do produto integra o programa de fortalecimento da cadeia produtiva da castanha.

O diagnóstico incluirá o levantamento das áreas e do volume de produção de castanha nas aldeias. A equipe também orientará os indígenas sobre outras políticas públicas destinadas ao incremento da produção.



Procuradorias demonstram que demarcação de terra indígena não gera indenização a particular

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.02.2014

Leane Ribeiro – AGU

A Advocacia-Geral da União (AGU) evitou pagamento de indenização a proprietário rural pela terra nua, ou seja, quando não há atividade rural no imóvel, e pelas benfeitorias realizadas diante da demarcação das terras do Povo Indígena Xucuru, no município de Pesqueira/PE.

O proprietário acionou a Justiça alegando ser proprietário de área de terra no Povoado Pão de Açúcar que estaria dentro dos limites da demarcação feita pela Fundação Nacional do Índio da terra indígena na região. Afirmou que sua terra foi desapropriada, e que por isso, teria direito a indenização.

Atuando no caso, a Procuradoria-Regional Federal da 5ª Região (PRF5) e a Procuradoria Federal Especializada junto à Fundação (PFE/Funai) explicaram que a terra indígena, uma vez declarada como tal, faz parte do patrimônio da União, anulando qualquer domínio particular. Por esse motivo, segundo afirmaram, o pedido de indenização pela terra nua seria indevido, conforme prevê os artigos 20, inciso XI, e 231, parágrafo 6º, da Constituição Federal.

De acordo com os procuradores federais, apesar da jurisprudência reconhecer a possibilidade de indenização das benfeitorias erguidas de boa-fé, essa pretensão só pode ser feita no prazo de cinco anos (a partir da publicação da demarcação), sob pena de prescrição, nos termos do artigo 1º do Decreto-lei nº 20910/32. Destacaram que, conforme foi comprovado no caso, esse prazo já havia se esgotado para o proprietário.

As unidades da AGU ressaltaram, ainda, que o ocupante da área foi convocado pela Funai na época da demarcação, mas não pôde receber a indenização pelas benfeitorias, por existência de dívida junto ao Banco do Nordeste do Brasil e também pela hipoteca do imóvel. Porém, o proprietário só liquidou o débito mais de cinco anos depois da posse efetiva da terra indígena.

Decisão

A 28ª Vara Federal de Pernambuco acolheu os argumentos da AGU e destacou que a demarcação de terras indígenas tem natureza meramente declaratória e, por não se tratar de desapropriação indireta é “impossível se falar em pagamento de indenização de terra que jamais pertenceu ao particular, mas sim à própria União”.

Quanto à indenização das benfeitorias, a Justiça entendeu que apesar de reconhecer a boa-fé da ocupação pelo autor da ação, entendeu que a pretensão foi atingida pela prescrição, passados mais de cinco anos desde a publicação do Decreto de demarcação da terra indígena enfocada.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 27./ 2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

A PRF5 e a PFE/Funai são unidades da Procuradoria-Geral Federal, órgão da AGU.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Mayron Borges.



Bancada catarinense vai ao STF contestar processo de demarcação de terras indígenas no Morro dos Cavalos

SÍTIO SALADA DE NOTÍCIAS, 12.02.2014

Na manhã desta terça-feira (11), o Fórum Parlamentar Catarinense se reuniu, sob a liderança de seu coordenador, o deputado federal Marco Tebaldi, no gabinete do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki. Além de Tebaldi, representaram o Fórum os deputados Esperidião Amim, Ronaldo Benedet, Edinho Bez e o senador Casildo Maldaner.

A pauta que guiou a reunião entre o ministro e os parlamentares catarinenses foi a anulação da portaria do Ministério da Justiça, assinada em 2003, que cria a Reserva Indígena do Morro dos Cavalos. O procurador-geral do Estado, João dos Passos Martins Neto também participou da reunião expondo os dados mais importantes sobre a demarcação, que vem desde o ano de 1992. Desde lá, a demarcação original aumentou de 121 para 1.988 hectares.

Um dos argumentos da Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina é que a antropóloga que iniciou o processo de demarcação da área indígena atuou posteriormente como perita da FUNAI. Segundo entendimento do procurador-geral, "a participação dupla da antropóloga no processo põe em dúvida a credibilidade do processo". Outro argumento importante é que em 1988, ano da promulgação da Constituição Federal, não havia povos indígenas no local.

"A Constituição garantiu que terra ocupada por índios ficaria com eles. Mas naquela época, não havia índios na região. O processo já começou todo errado", declarou Tebaldi.

Também foi apresentado o agravante de que a demarcação gera prejuízos econômicos ao estado catarinense quando impede que obras da quarta faixa da BR-101 sejam concluídas na região, exatamente pelas exigências da FUNAI relacionadas à demarcação.

O ministro Zavascki já despachou o caso e no momento aguarda o pronunciamento da União a respeito dos argumentos apresentados. O prazo para a resposta é de 60 dias, o que decidirá se as áreas atualmente demarcadas serão, ou não, homologadas pela presidente da República.

Polícia Civil identifica autor do homicídio de indígena em Três de Maio

SÍTIO NO AR NOTÍCIAS, 12.02.2014



O jovem Evandro Daniel Weber, 20 anos confessou que se envolveu em uma briga que levou a morte do indígena José Emilio Jerônimo, 57 anos, na madrugada de domingo (09-02), ao lado da estação rodoviária em Três de Maio. Segundo o Delegado João Vittório Barbato, que chefiou as investigações o jovem Weber disse em depoimento que havia ingerido bebida alcoólica e ao passar nas imediações da estação rodoviária onde a mãe dele possui um estabelecimento comercial, se deparou com o indígena, para quem pediu fogo para ascender um cigarro.

De acordo com Weber nesse momento José Emilio Jerônimo teria lhe ofendido e os dois entraram em luta corporal. Ao perceber que o índio não estava respirando ficou desesperando e chamou por socorro.

O Delegado Barbato, está aguardando o laudo da necropsia feito no IML de Santa Rosa. Evandro Daniel Weber vai responder o inquérito em liberdade.

Produção e Fotos: Antônio de Oliveira

Fonte: No Ar Notícias



Cestas atrasam e deixam indígenas sem alimentos em MS

SÍTIO DOURADOS AGORA, 12.02.2014

Além da fome, a comunidade indígena sofre com a má distribuição da água, fator que castiga a população principalmente em tempos de calor intenso em que os termômetros chegam a registrar 40º graus no município

As cestas básicas distribuídas pelo Governo Federal estão atrasadas em pelo menos três meses em Mato Grosso do Sul. Em Dourados a situação ainda é mais agravante.

Além da fome, a comunidade indígena sofre com a má distribuição da água, fator que castiga a população principalmente em tempos de calor intenso em que os termômetros chegam a registrar 40º graus no município. A população também denuncia que recebe alimentos estragados da cesta básica do Governo do Estado.

A indígena Marizangela de Souza, da Aldeia Jaguapiru, tinha apenas o arroz para dar aos quatro filhos menores na última segunda-feira. Ela diz que teme que as crianças fiquem doentes. "Já faz um tempo que agente não recebe a cesta da Funai, e a cesta do Estado só dá para uma semana. O jeito é pedir ajuda para os vizinhos", destaca.

A indígena guarani Júlia Garcia, de 80 anos, vive em situação precária. Segundo ela, de uma hora para outra deixou de receber a cesta básica porque seu nome teria sido retirado do programa. Ela sobrevive com a ajuda da filha Lúcia Garcia, que também está sem receber os alimentos há três meses. Na casa dela, arroz e óleo são o que têm para comer na despensa.

A guarani Iolanda de Souza também sofre com os atrasos. Na outra cesta que recebe do Estado e que dá para uma semana, ela reclama que o feijão chega estragado. A realidade dela é confirmada por várias outras famílias. "O feijão é tão duro que não cozinha. É comida que nem animal come. As famílias jogam tudo fora este feijão", destaca o capitão Renato de Souza. FUNAI

O coordenador regional da Fundação Nacional do Índio de Dourados, Vander Nishijima, explica que o desabastecimento acontece em função da companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estar sem contrato com a transportadora de alimentos. O órgão é o responsável por encaminhar os alimentos para a Funai e o Incra.

Segundo Vander, em reunião no último dia 15 com representantes da Conab, a Funai enfatizou a importância do órgão distribuir os alimentos já montados em cestas básicas e não em fardos como costuma ser.

"Quando isso acontece a Funai precisa disponibilizar metade do efetivo para montar cestas.

CONT.



Além de não serem contratados para esta função, os servidores acabam prejudicando o bom rendimento dos trabalhos no qual são responsáveis”, destaca.

Vander diz que a Conab já fez o processo de licitação e que também já houve a publicação em Diário Oficial com a contratação da empresa que fará o transporte. O documento informa que a partir do dia 12 a empresa pode dar início aos trabalhos.

No entanto, Vander explica que as cestas, que deverão ser distribuídas no Estado todo, não cheguem em todas as cidades ao mesmo tempo. Pensando nisso, a coordenação da Funai solicitou que sejam atendidos os acampamentos onde a situação de vulnerabilidade é maior e nas aldeias com o maior índice populacional como a Jaguapiru, Bororó em Dourados e a Tey Cuê em Caarapó.

Ao todo, a Funai de Dourados atende aldeias e acampamentos em 12 cidades da região. Segundo Nishijima, a última entrega de cestas básicas na aldeia Jaguapiru ocorreu em 24 de outubro do ano passado e a na Bororó no dia 28 de novembro de 2013.

A redação entrou em contato com a assessoria da Assistência Social para eventuais esclarecimentos sobre as denúncias de alimentos estragados que chegam na cesta básica distribuída pelo Estado, mas até o fechamento desta edição, a redação não obteve resposta.



Juraci não aceitou se cadastrar como índio

SÍTIO BLOG DO PIMENTA, 12.02.2014

O presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Una, Ilhéus e Buerarema, Abiel da Silva Santos, confirmou nesta manhã, em entrevista ao repórter Oziel Aragão (Difusora AM), que o agricultor Juraci Santana, 44, morto nesta terça-feira no Assentamento Ipiranga, havia recebido proposta de se autodeclarar índio, mas se recusou.

“Ele não aceitou se cadastrar como índio e enfrentou todos aqueles que tentaram tomar o Assentamento Ipiranga”, declarou Abiel. Segundo ele, a vítima tinha forte atuação na defesa dos pequenos agricultores. “Juraci era o líder da resistência”, disse o presidente da associação.

Nesta terça-feira (11), o PIMENTA revelou que caciques assediavam agricultores do Assentamento Ipiranga para que estes se autodeclarassem tupinambás (confira aqui).

O corpo do agricultor assassinado já passou por necropsia no Departamento de Polícia Técnica de Ilhéus, mas neste momento ainda aguarda a presença de algum familiar para que seja liberado.



Situação segue tensa e Wagner pede apoio a ministro

SÍTIO BLOG DO JORGE BIANCCHI, 19.11.2013

Agricultores e índios tupinambás disputam terras na região e conflito tem se intensificado. O governador Jaques Wagner oficializou na tarde desta terça-feira (11) ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo o pedido de aplicação do instrumento Garantia da Lei e da Ordem (GLO) nas regiões do sul da Bahia em que ocorrem conflitos de terra, em especial nos municípios de Buerarema e Una.

Previsto na Constituição Federal, a GLO é utilizado quando situações que fogem do controle colocam em risco a segurança da população. Durante sua vigência, tropas das Forças Armadas assumem a segurança local e passam a ter poder de polícia. Depois de deferido o pedido, haverá imediatamente a mobilização das tropas para o envio à região.

Agricultores e índios tupinambás disputam terras no Sul da Bahia, em conflito que tem se intensificado desde o segundo semestre do ano do passado. Em agosto de 2013, a Força Nacional foi enviada à região para minimizar os conflitos, mas deixou o local há quatro dias.

Em nota, o governador disse que já havia tratado da questão com a presidente Dilma Rousseff. "Repudio qualquer tentativa das partes de fazer justiça com as próprias mãos. O Brasil é uma democracia consolidada. As soluções surgirão via Judiciário e após muita negociação", disse o governador.

Conflito

Desde a manhã desta terça, moradores de Buerarema fecham a BR-101 em protesto pela morte do agricultor Juraci dos Santos Santana, 44 anos, que era líder de um assentamento na região. Os moradores acusam índios pelo crime. A Delegacia de Una e a 23ª Coordenadoria de Polícia Regional do Interior (Coorpin) foram procuradas, mas nenhum responsável pela investigação foi localizado para comentar o crime, que aconteceu na noite de ontem.

No final da tarde, a situação se agravou ainda mais com a chegada da Tropa de Choque, que tentou conter os manifestantes e fez uso de bombas de gás. Por conta do protesto e dos objetos queimados, além do uso de marretadas em um trecho, há a suspeita de que a estrutura da ponte tenha ficado comprometida e ela deve passar por inspeção nesta quarta-feira.

As informações são do Correio



Índios ameaçam invadir presídio em Redenção-PA
SÍTIO FOLHA DO BICO, 12.02.2014

Índios da etnia Kayapó ameaçam invadir o Centro de Recuperação Regional (CRC) de Redenção, no sul do Pará, onde está preso desde a última sexta-feira, 7, o índio Tekré, suspeito de participação em um assalto a banco na cidade de Água Azul do Norte, no sudeste paraense.

Algumas índias passaram a se ferir na cabeça com cortes de facão em protesto. Eles estão armados e pintados para a guerra, e fazem danças em frente ao presídio. O grupo indígena improvisou acampamento debaixo de uma garagem, e se revezam em dois grupos: o primeiro fica acampado em frente ao presídio durante a noite, e o segundo, durante o dia.

"Hoje eu preciso que meu parente saia da cadeia porque meu sobrinho já cortou (feriu) a cabeça, eu não quero. Se vai mais um dia, eu vou quebrar o presídio com os meus guerreiros", disse um indígena ao traduzir a declaração de uma liderança do grupo.

De acord com Kalil Jorge, a reação faz parte dos costumes da tribo. "Para eles, para o costume deles, o mesmo sofrimento que o parente está sofrendo lá dentro, segregado, eles ficam aqui também. A família, filhos, esposa, guerreiros e demais amigos da família que estão aqui presentes se comprometem e fazem isso. Eles ficam junto com ele e aí os ânimos vão se exaltando", explica.

O índio Tekré é acusado de ter participado de um assalto à agência do Banpará em Água Azul do Norte em setembro do ano passado. "Tekré é o proprietário da chácara localizado em uma colônia agrícola. E o envolvimento dele era logística, suporte. A chácara era utilizada para planejar os crimes e após execução, era utilizado como local de fuga", acusa Antônio Miranda, delegado de Redenção.

Para os advogados dos indígenas, as provas apresentadas no processo não são suficientes para manter o acusado preso.

"A prisão foi baseada apenas em um depoimento colhido de forma muito estranha na chácara do Tekré. Foram encontrada apenas duas mochilas, que seriam do caseiro e da esposa dele, que alegam que a mochila era usada para carregar o dinheiro e as armas que foram usadas no crime de assalto", contesta o advogado Wagner Assunção.



Produtor rural é assassinado em área disputada por índios

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 12.02.2014

DE SALVADOR - O agricultor Juraci José dos Santos Santana, 44, foi morto ontem em Una (BA). A região é palco de conflitos por terras entre índios tupinambás e produtores rurais. Juraci era líder do assentamento Ipiranga, de pequenos agricultores que se instalaram na região há cerca de 15 anos.

O assassinato acontece quatro dias após a relocação da base fixa da Força Nacional de Segurança Pública de área de conflito. A base, que antes ficava numa região próxima ao assentamento, foi mudada para outro local para acomodar 100 novos policiais. O produtor rural Abiel da Silva Santos afirma que, após a mudança da base da Força Nacional, pelo menos quatro propriedades foram invadidas pelos tupinambás.

Segundo testemunhas, Juraci foi morto a tiros e teve casa e carro queimados. Procurado, o líder indígena Val Tupinambá estava com o celular desligado.



Nota de solidariedade aos povos indígenas da região da Transamazônica no sul do estado do Amazonas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 11.02.2014

Nós missionários/as, religiosos/as, leigos e lideranças indígenas convidadas reunidos na XXXIV Assembleia do Cimi regional Norte I, nos dias 06 a 08 de fevereiro de 2014, depois de analisarmos o contexto do conflito no sul do estado do Amazonas com o desaparecimento e morte de três pessoas, envolvendo os povos indígenas desta região manifestamos:

Nossa solidariedade aos povos Tenharim, Jahoi e Parintintim atacados e criminalizados de forma indiscriminada, com manifestações estimuladas pelo preconceito e financiadas por aqueles interessados nos recursos naturais de suas terras.

Muito ao contrário do que tem sido propalado pela mídia e pelas redes sociais o problema não são os povos indígenas e tão pouco são eles os culpados pela morte das três pessoas. Esta generalização, alimentada inescrupulosamente, como é sabido por todos, independentemente se cometida por quem, deve ser apurada e os fatos criminosos devem ser punidos.

Os povos indígenas tampouco são os responsáveis pelas difíceis condições de vida da população da região, pela ausência de políticas públicas adequadas e pelo abandono do interior. O conflito entre indígenas e a população da região interessa muito aqueles que vivem à custa da exploração humana e da depredação da natureza. Neste sentido devem ser compreendidas as manifestações de setores da sociedade que vem demonstrando interesse corrosivo nas riquezas naturais contidas no território tradicional, que se aproveitam da dor das famílias das três vítimas para alimentar uma campanha contra os direitos constitucionais dos povos indígenas.

Identificamos com muita clareza na origem do conflito a violência de que foram vítimas os povos indígenas, sobretudo por ocasião da construção da Transamazônica, e suas consequências nefastas que se reproduzem até hoje nas aldeias, sem que o estado até o momento tenha tomado alguma atitude para repará-la ou minimizá-la.

É inaceitável que os indígenas da região tenham cerceado o seu direito de ir e vir revelando um verdadeiro apartheid social. É imprescindível que o poder público assegure o livre trânsito dos indígenas, e garanta a atenção à saúde e a educação, dentro e fora de suas terras.

Na apuração de crimes que envolvem grande comoção social requer-se um cuidado dobrado na identificação dos culpados para que inocentes não sejam expostos a execração pública (todos são inocentes perante a lei até que seja comprovada sua culpa mediante o devido processo legal) e no caso para não fomentar ainda mais o ódio e discriminação em relação aos povos indígenas. Achemos por isso precipitada a prisão preventiva dos cinco indígenas Tenharim, com base nas suspeitas da PF, sem que tenham tido a oportunidade de oferecer a sua defesa.

Que o Deus da Vida ajude a encontrar o caminho da verdadeira Justiça e da reconciliação, possibilitando a convivência pacífica entre os povos indígenas e a população local na luta pela

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 27./ 2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

superação de todas as formas de preconceito, injustiça e desigualdade.

Manaus, 08 de fevereiro de 2014.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Paulo Daniel Moraes.



Deputados ruralistas dizem que quilombolas, índios e homossexuais são “tudo o que não presta” e incitam à violência

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.02.2014

Um vídeo gravado em audiência pública com produtores rurais, em Vicente Dutra (RS), registra discursos de deputados federais da bancada ruralista estimulando que agricultores usem de segurança armada para expulsar indígenas do que consideram ser suas terras.

Blog da APIB

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=PjcUOQbuvXU

“Nós, os parlamentares, não vamos incitar a guerra, mas lhes digo: se fartem de guerreiros e não deixem um vigarista desses dar um passo na sua propriedade. Nenhum! Nenhum! Usem todo o tipo de rede. Todo mundo tem telefone. Liguem um para o outro imediatamente. Reúnam verdadeiras multidões e expulsem do jeito que for necessário”, diz o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS). “A própria baderna, a desordem, a guerra é melhor do que a injustiça”, defende.

Ele afirma que o movimento pela demarcação de terras indígenas seria uma “vigarice orquestrada” pelo ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho. Moreira diz também que tal movimento seria patrocinado pelo Ministério Público Federal, o qual, segundo ele, defenderia a “injustiça”.

No vídeo, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado federal Luís Carlos Heinze (PP-RS), diz que índios, quilombolas, gays e lésbicas são “tudo que não presta”.

“Quando o governo diz: ‘nós queremos crescimento, desenvolvimento. Tem de ter fumo, tem de ter soja, tem de ter boi, tem de ter leite, tem de ter tudo, produção’. Ok! Financiamento. Estão cumprimentando os produtores: R\$ 150 bilhões de financiamento. Agora, eu quero dizer para vocês: o mesmo governo, seu Gilberto Carvalho, também é ministro da presidenta Dilma. É ali que estão aninhados quilombolas, índios, gays, lésbicas. Tudo o que não presta ali está aninhado”, discursa Heinze.

Ele também sugere a ação armada dos agricultores. “O que estão fazendo os produtores do Pará? No Pará, eles contrataram segurança privada. Ninguém invade no Pará, porque a brigada militar não lhes dá guarida lá e eles têm de fazer a defesa das suas propriedades”, diz o parlamentar. “Por isso, pessoal, só tem um jeito: se defendam. Façam a defesa como o Pará está fazendo. Façam a defesa como o Mato Grosso do Sul está fazendo. Os índios invadiram uma propriedade. Foram corridos da propriedade. Isso aconteceu lá”.

Promovida pelo também deputado ruralista Vilson Covatti (PP-RS), que pertence à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara, a audiência pública aconteceu em [29 de] novembro do ano passado e seu tema foi o conflito

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 27./ 2014

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

dos produtores rurais com os indígenas do povo Kaingang, que vivem na Terra Indígena Rio dos Índios, de 715 hectares.

Em dezembro do ano passado, produtores rurais do Mato Grosso do Sul organizaram um leilão para arrecadar recursos para a contratação de seguranças privados para impedir a ocupação de comunidades indígenas. O evento recolheu mais de R\$ 640 mil e foi apoiado pela bancada ruralista. Parlamentares como a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), estiveram presentes e defenderam a iniciativa.